

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



UNIAFRO: AFROBETIZANDO PROFESSORES NO RIO GRANDE DO NORTE

UNIAFRO: *AFROBETIZANDO* TEACHERS IN RIO GRANDE DO NORTE

Luiz Gomes da Silva Filho
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

Este trabalho é a condensação de esforços empreendidos pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rio Grande do Norte, Brasil, pela Coordenação de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e Coordenação da Especialização Uniafro: política de promoção da igualdade racial na escola. O principal objetivo deste estudo é analisar e refletir criticamente as contribuições do Curso para a prática pedagógica dos/das docentes em sala de aula. Metodologicamente, utiliza o instrumento de coleta de dados entrevistas estruturadas. Como resultado, observa-se um processo de *Afrobetização*, isto é, os primeiros passos na área da educação para as relações étnicas raciais.

Palavras-chave: Especialização Uniafro. *Afrobetização*. Formação de professoras.

Abstract

The work is the condensation of efforts made by institutions, such as Federal Rural University of Semi-Arid Region (UFERSA), Rio Grande do Norte, Brazil, Coordination of Affirmative Action, Diversity and Social Inclusion (CAADIS), Center for Distance Education (NEAD), and Coordination of *Uniafro*: policy for promoting racial equality in school. The main objective of this study is to analyze and critically reflect on the contributions of the Course to the pedagogical practice of the teachers in the classroom. Concerning the methodology, one used structured interviews as instrument of data collection. As a result, a process of *afrobetização* is observed, that is, the first steps in the field of education for ethnic racial relations.

Keywords: *UNIAFRO* specialization; *Afrobetização*; Training of teachers.



Introdução

Com a integralização da primeira turma da Especialização *Uniafro: política de promoção da igualdade racial na escola*, desenvolvida a partir da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Coordenação de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS/UFERSA) e do Núcleo de Educação a Distância (NEAD/UFERSA) no Rio Grande do Norte e nacionalmente através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) este é o momento oportuno para refletir criticamente sobre seus resultados, limites e potenciais

No Brasil, a política nacional de combate ao racismo ainda é claudicante e por vezes secundarizada na hierarquia das políticas públicas, ainda assim, pode-se afirmar que alguns avanços têm ecoado a partir, principalmente, das vozes e gritos dos “intelectuais orgânicos”¹ forjados no bojo da defesa histórico do direito de “ser-mais”². Um dos espaços encontrado para que esses avanços fossem possíveis foi sem dúvida o espaço escolar.

Mesmo que a afirmativa acima possa se configurar como uma assertiva, ao tecer o escrutínio da questão, anota-se que o número de professores e professoras com formação sólida nesta temática ainda é significativamente pequeno. Certamente esta não é uma “prerrogativa” brasileira.

Esse cenário difuso reflete-se confuso e habitualmente nas realidades mais específicas. No Rio Grande do Norte, um dos Estados com histórico de graves problemas na Educação Básica não é diferente. Há um grande déficit na formação de professores e professoras quanto a compreensão da questão racial, isso tanto nacional

¹ Concepção elaborada por Antonio Gramsci (1982).

² Ver Paulo Freire (1979).



quanto localmente. O desafio que vem a seguir é como tratar esse tema pedagogicamente.

Daí que a Especialização Uniafro tenha desempenhado, em muitos casos, o primeiro contato de docentes com esse conteúdo, que ela tenha *afrobetizado* muitos e muitas que ingressaram e concluíram a Especialização. Assim, é importante, desde já, explicitar o que estamos chamando de *afrobetização*. Estamos, pois, pensando dialogicamente na perspectiva de alfabetizar a partir das questões da afro-descendência, quer dizer, aprender a partir do Sul – para usar a Epistemologia do Sul de Santos (2010) –, aprender com as nossas experiências globalmente localizadas.

Assim, estamos chamando de *afrobetização* os primeiros contatos de professores e professoras da Rede Pública de Ensino do Rio Grande do Norte com a educação para as relações étnico-racial.

Importante dizer também que, neste texto, *raça* é uma categoria discursiva e não biológica. No sentido social e político, *raça* se refere à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial (MUNANGA, 2008). Destacamos também que nosso viés está mais focado na formação de professores e professoras do que no detalhamento da questão étnica, que embora seja salutar não é o objetivo fulcral deste texto.

Para pensar a *afrobetização*, elaboramos duas questões para apresentar aos professores e professoras que se formaram na Especialização, quais sejam: “Você já tinha alguma formação na área étnico-racial antes da Uniafro?” e “Em que medida a Especialização Uniafro contribuiu com sua formação enquanto docente?”. Tivemos como critério de escolha a disponibilidade dos participantes para a pesquisa. A análise das respostas dessas questões convida-nos a uma reflexão aprofundada quanto à importância dessa política e das transformações possíveis no “chão da escola” a partir dessa iniciativa.



Desse modo, o trabalho divide-se em dois excertos. Primeiramente buscamos a historicidades dos fatos, apontando o caminho percorrido pela Especialização Uniafro até sua operacionalização na UFERSA e sua conceituação dentro do contexto geral das políticas educacionais. Em um segundo momento, buscamos enfatizar as vozes dos professores e professoras que participaram do Curso. Como atuam em várias partes do Estado do Rio Grande do Norte, chamamos esta segunda parte de *Do litoral ao Sertão: a busca pela afrobetização*.

Esperamos que este texto contribua com aqueles e aquelas interessados/as nas políticas educacionais voltadas às populações negras, esperamos também que ele materialize e documente uma experiência ímpar e pioneira na UFERSA e no Rio Grande do Norte e que, como vereda que foi para nós, seja caminho aberto para os próximos que virão.

A Especialização Uniafro no contexto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido: caminho para o *ser-tão*

A Especialização Uniafro: política de promoção da igualdade na escola é uma política de incentivo à formação continuada de professores da Educação Básica (BRASIL, 2008) desenvolvida a partir do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), cujo objetivo é consolidar ou iniciar professores e professoras na temática étnico-racial.

Sabe-se que a formação de professoras a partir do multiculturalismo³ é um desafio que reflete outros gargalos históricos e sociais. O Rio Grande do Norte possui um quantitativo significativo de comunidades quilombolas, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA, 2015) e disponível na tabela abaixo:

³ Ver Hall (2005).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



	Comunidade quilombola	Localização
1	Acauã	Poço Branco
2	Aroeira	Pedro Avelino
3	Arrojado	Portalegre
4	Boa Vista dos Negros	Parellhas
5	Baixa do quimquim	Touros
6	Capoeira	Macaíba
7	Engenho Novo	Portalegre
8	Gameleira de Baixo	São Tomé
9	Jatobá	Patu
10	Macambira	Lagoa Nova
11	Negros do Riacho	Currais Novos
12	Nova Descoberta	Ielmo Marinho
13	Picadas	Ipangaçu
14	Sibaúma	Tibau do Sul
15	Sítio Grossos	Bom Jesus
16	Sítio Lajes	Portalegre
17	Sítio Moita Verde	Parnamirim
18	Sítio Pavilhão	Bom Jesus
19	Sítio Pêga	Portalegre
20	Sítio Sobrado	Portalegre

Fonte: INCRA (2015).

Esses dados, convertidos em sujeitos sociais, vão às escolas do Rio Grande do Norte diariamente, e lá se encontram com professores e professoras destes municípios. Além dos alunos oriundos de comunidade quilombolas há o expressivo número de alunos negros e negras que frequentam as salas de aulas diuturnamente, sobretudo na escola pública. Mas o professor ou a professora, mesmo aqueles e aquelas que residem nestas cidades, têm formação suficiente para evitar a violência simbólica⁴ ou o racismo velado (ou não) que têm atravessado a escola?

⁴ Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de forças (BOURDIEU & PASSERON, 1975, p.19).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Pensando nessa perspectiva é que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, através da Decisão do Conselho Universitário nº 088/2014, de 23 de maio de 2014, resolveu criar o Curso de Especialização Uniafro: política de promoção da igualdade racial na escola (UFERSA, 2014).

Ao apresentar esta proposta, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido e a Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), trazem uma compreensão do que seja a educação para as relações Étnico-raciais na interface com a questão de gênero (UFERSA, 2013, p.6).

Proposto pela CAADIS/UFERSA e desenvolvido a partir do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e da Coordenação do Curso, a Especialização Uniafro tem como público prioritário

Professores atuantes na Rede pública de ensino, Educação Básica, em todos os níveis e modalidades. Para participar, o interessado deverá ser professor concursado efetivo da rede pública de ensino (estadual ou municipal). Bem como possuir graduação em pedagogia ou licenciatura em qualquer área de conhecimento, ou seja, estar exercendo a função de Professor da rede pública e ter nível superior completo, abrangendo todas as áreas de formação, em todas as etapas, modalidades e ciclos (UFERSA, 2013, p.20).

Com esse recorte, busca-se atingir diretamente pessoas que estão embrionariamente ligadas às escolas em suas múltiplas facetas, quer dizer, pretende-se contribuir com os meandros formativos necessários a realidade atual cujo multiculturalismo pujante não pode ser esmaecido, sob pena de condenar as melhores propostas políticas ao séquito de tantas outras que não se efetivaram.

É importante destacar que esse público-alvo acima mencionado é formado por professores e professoras que residiam nas diversas cidades do Estado em que há presença e traços históricos da herança quilombola. Mas o fato é que a Especialização não buscou tão somente oferecer um conhecimento para estes professores e professoras. Ora, são pessoas que têm muito a contribuir com a Universidade e com a produção do conhecimento. Por isso mesmo a proposta do Curso continha o princípio dialógico de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



ver os professores e professoras como sujeitos sociais capazes de transformar suas realidades, mas também de contribuir com a transformação da nossa. Pensando de forma complexa e contextualizada, a proposta buscou trabalhar a partir de conhecimentos autênticos e forjados no bojo do cotidiano – para pensar como Heller (1975) – e no movimento de libertação, que é propriamente a pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

A pedagogia do oprimido, dos excluídos, dos tempos de barbárie não está em encontrar métodos novos para reeducar os bárbaros, civilizar os oprimidos, ou incluir os excluídos nos valores e saberes dos “civilizados”, mas está em apreender com o conjunto de processos que os excluídos e oprimidos reinventam para continuar humanos, manter seus valores e seus saberes, sua cultura e memória coletiva, sua identidade e dignidade (ALMONACID & ARROYO, 2011, p.274)

Por isso mesmo nos convencemos que o objetivo do Curso não poderia ser jamais esmaecer ou “colonizar” com o saber “supremo” da academia, os professores e professoras que buscavam compreender a realidade em sua integralidade. Mas o objetivo era exatamente dizer o contrário, que o primeiro passo para a construção de uma nação civilizada é ensinar a importância e a contribuição dos saberes dos povos oprimidos.

Pensando nessa perspectiva e alinhando-se aos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Especialização Uniafro objetivou garantir aos professores uma formação sólida a partir dos subsídios técnicos, práticos e teóricos para com a educação antirracista.

Feita esta breve reflexão, pormenorizamos a seguir os passos da Especialização. A aula inaugural ocorreu no dia 13 de setembro de 2014. Das 110 (cento e dez) vagas inicialmente ofertadas, o curso iniciou com 99 (noventa e nove) alunos devidamente matriculados.



Destacamos a seguir, para fins de visualização da proposta, a estrutura curricular adotada Especialização Uniafro:

Nº	DISCIPLINA DA ESPECIALIZAÇÃO UNIAFRO: POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA
1	Introdução Educação a Distância e Tecnologias Assistivas
2	Relações Étnico-Raciais no Brasil e Educação Antirracista
3	Políticas de Ação Afirmativa
4	Educação, Identidade e Relações Étnico-Raciais
5	Condicionantes legais para Educação das Relações Étnico-Raciais
6	A Escravidão na História da Humanidade
7	Comunidades Quilombolas: territorialidade, realidades socioambientais e desenvolvimento econômico/social.
8	Literatura afro-brasileira
9	Material didático para educação das relações étnico-raciais
10	Educação das Relações étnico-raciais e construção do currículo escolar

Fonte: PPC UNIAFRO UFERSA (2013).

É sabido que esse é um tema muito caro ao povo negro, sabe-se também que a universidade, enquanto estrutura historicamente ligada as classes dominantes, ainda carrega consigo ranços, modelos e paradigmas que representam gargalos a serem superados para que se garanta o acesso das classes populares a essa estrutura social. Por isso, e observando a estrutura curricular deste Curso, entende-se que a Especialização Uniafro representa uma ação importantíssima e contra-hegemônica. Representa também um paradigma de Educação Popular, uma vez que repousa seus objetivos na formação humana, na historicidade dos sujeitos e na valorização *lex loci* dos sujeitos sociais e suas formas de organização da vida.

Uma análise rápida e desavisada diria, porém, que nada mais óbvio para um curso com tais características que uma estrutura de cadeiras desta natureza. Nesse momento é preciso lembrar que estamos imbuídos em um magma neoliberal que tudo determina, que tudo “educa”, e nessa seara, garantir o óbvio é preciso ser extraordinário.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Es posible considerar que la ofensiva neoliberal realiza un proceso de reconstrucción social en el ámbito curricular. El neoliberalismo contiene en sí mismo elementos fundacionales, no sólo de orden económico capitalista sino principalmente respecto de la forma en que redefine las relaciones sociales centrándolas en el individualismo y la competencia [...]. De este modo, no sólo nos encontramos en un momento de imposición de un determinado modelo de producción e distribución de la riqueza, sino además en un proceso de resocialización, de reorganización de los sentidos con los cuales convivíamos (ALMONACID & ARROYO, 2011, p.264).

A leitura acima nos obriga a nos despirmos da visão rasa e caminhar a uma visão holística, compreendendo que não é tarefa fácil subverter a ordem curricular dominante. Como bem nos explicita Silva (2005), o currículo é sempre resultado de determinações econômicas, políticas e sociais, sendo assim, não é fácil transgredir a supremacia dos “cursos da moda”, cuja capitalização quando não lhes atravessa na inscrição, atravessa na formação.

Outro ponto nevrálgico para qualquer reflexão acerca da formação de professores e professoras é a própria condição *sui generis* que perpassa à profissão. A precarização do trabalho docente, os dois e até três vínculos com o Estado, os baixos salários, a superlotação das salas de aula ou o enfadonho preenchimento manual de cadernetas faz com que a *formação permanente*⁵ ou continuada se transforme numa verdadeira superação. Assim, é que alguns e algumas foram ficando pelo caminho, os motivos são muitos e a reflexão sobre eles não será aprofundada neste momento.

O término da primeira turma do Curso de Especialização Uniafro ocorreu no dia 23 de janeiro de 2016, atingindo a marca de 43 (quarente e três) cursistas concluintes. Um número significativo, principalmente quando se observa que dos 99 (noventa e nove) matriculados, cerca de 30 (trinta) nunca iniciaram o curso efetivamente, ainda que não seja nosso objetivo justificar a evasão, pois sabemos que esse é um desafio para cursos ofertados a distância e semipresenciais, este último, é o caso da Uniafro.

⁵ Ver Freire (2005).



Ainda que a universidade represente o seio das classes dominantes, é importante destacar que esse também é um local de disputas e de contradições. Nesse ponto, é salutar destacar o papel da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como protagonista em diversas ações e reconhecimento das populações tradicionais que vivem e convivem com o semiárido. Esta Universidade, que acaba de completar dez anos, tem desempenhado um papel de grande relevância social para o semiárido potiguar. Aos poucos, busca atenuar feridas sociais e dívidas históricas a uma população marginalizada cujo sinal da pobreza lhes foi impresso com ares natural sob a narrativa e a justificativa da seca.

Do litoral ao sertão: a busca pela afroetização

Antes de tudo, é preciso reconhecer que a busca dos professores e professoras por esta formação complementar é na verdade o ponto a ser destacado neste texto. Mesmo com a precarização do trabalho docente, com todos aqueles pontos elencados anteriormente, ainda há muitos interessados e interessadas em adquirir uma formação mais ampla, mais consistente e sobretudo aprender e melhorar enquanto docente, mas também enquanto gente. O destaque a esse ponto é importante pois coloca por terra uma visão fatalista de que os professores não buscam se qualificar, quando na verdade esse dado não se sustenta ao primeiro sinal de uma análise mais cuidadosa.

Por isso mesmo é que buscamos os professores e professoras após a formação para sabermos duas questões eminentemente simples, porém não isentas de complexidade e significância para este estudo, quais sejam: “Você já tinha alguma formação na área étnico-racial antes do Uniafro?” e “Em que medida a Especialização Uniafro contribuiu com sua formação enquanto docente/profissional?”

A partir de agora apresentamos alguns depoimentos que elucidam a formação apreendida na Especialização Uniafro. Para garantir o anonimato das entrevistadas e dos



entrevistados optamos por trata-los pelas duas primeiras letras dos seus respectivos nomes.

A professora F.M, que já tinha inserção na temática afirma:

A especialização me permitiu acessar informações que eu não tinha, conhecimento tanto da história africana, como da própria história dos negros e negras no Rio Grande do Norte. Além disso, me ajudou a repensar conceitos a respeito da religiosidade africana (F.M, 2016).

O caráter local elencado pela professora tem um valor significativamente rico, pois sabemos que apesar de toda a narrativa da contextualização da prática pedagógica, de todo o discurso do respeito às particularidades e aos saberes locais, boa parte disso tudo se encerra na própria narrativa. Nesse momento é importante o viés abordado pelo Curso, impresso na fala da professora, quer dizer, a “a história feita de baixo”.

O interesse pela história local, mesmo tendo que reconhecer seu desafio – já que como bem afirma Thompson (1998, p.26), “Os ‘trabalhadores pobres’ [as senzalas, os canaviais, os engenhos, os campos e os quilombos] não deixaram seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta” (grifos do autor) – é importantíssimo pois permite a possibilidade de contar uma nova história.

A professora M.F que não tinha nenhuma formação na área da educação para as relações étnico racial, por isso afirma:

A Especialização Uniafro contribuiu de maneira cabal para a minha formação docente, pois, me deu uma visão mais ampla sobre como trabalhar a inclusão racial na escola, como também, me deu conhecimentos e bases legais para poder dialogar com a direção da escola em relação a projetos onde possamos trabalhar não somente a inclusão em si, mas, a multiplicidade e a pluralidade cultural e étnica, existentes na sociedade brasileira (M. F, 2016).

Analisando a fala da professora e entendendo sua preocupação com a pluralidade de culturas que atravessam as salas de aulas do Brasil em sua dimensão continental,



alinhamo-nos ao questionamento de Arroyo (2014, p.26) ao afirmar que “Se os educandos são Outros à docência, os docentes poderão ser os mesmos? Questão desafiante para a educação popular e escolar”. A par desta preocupação, o grande desafio não é como educar os excluídos, como já dito antes, mas antes, entender como se educam, esse é o sentido da pedagogia do oprimido, da educação em movimento e de toda prática educativa que se assente na humanização.

Ao ser perguntado se já tinha alguma formação anterior na área étnico-racial, P.J afirma que sim. Quando perguntado em que medida a Especialização Uniafro contribuiu com a solidificação da sua prática ele responde:

A especialização me proporcionou suporte teórico para uma melhor prática profissional voltada para a inclusão e empoderamento das pessoas afrodescendentes. Me possibilitou um novo olhar a questão da discriminação, do preconceito e, da importância da inclusão, que independe de cor, mas ainda hoje, infelizmente, se concentra na sua grande maioria, em torno das pessoas pobres e negras/pardas. Me proporcionou conhecer a real história dos povos africanos, a cultura, a luta, a dor, compreendendo melhor o contexto em que os negros se encontram hoje em nosso país (P.J, 2016).

Observar-se na fala acima a necessidade de manter situada e datada⁶ a busca do homem e da mulher em seu tempo histórico, buscando entender fenômenos sociais cuja gênese não está nos dias de hoje, mas seus reflexos sim. Por isso a importância de se compreender o passado para melhor mover-se no presente, pois, como bem afirmou Certeau (2012, p.53), “Toda reflexão acerca da sociedade deve retornar ao seu início”.

Ainda no diálogo com P.J, o mesmo afirma que a partir da Especialização Uniafro adquiriu “Um olhar que saiu do folclórico, para o real, crítico e defensor das minorias”. Evidentemente ligamos esta fala ao pensamento de Certeau (2012, p.65), quando afirma que “A mais secreta violência do primeiro folclorista foi camuflar a violência”. Sem dúvida as questões relativas às populações negras ainda são vista com

⁶ A expressão é de Paulo Freire.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



uma tonalidade mística e fantasiosa, coberta de senso comum preconceituoso e naturalizador. Observar, portanto, que a Uniafro foi uma ferramenta social para desmistificar tal pensamento é um destaque importante.

E finaliza o mesmo educando:

Me proporcionou enxergar uma beleza e uma história nunca antes mostrada. Me possibilitou aderir à luta em prol da inclusão e a importância das conquistas obtidas por força da Lei 10.639/2003, bem como as conquistas que a antecederam por meio de muita luta (P.J, 2016).

O legado da Especialização Uniafro, no Rio Grande do Norte, também é ressaltada pelo professor P.A, que não tinha formação anterior na área, quando afirma:

Percebo hoje que além da problemática que temos em elucidar certas questões sobre a história afro, mais vale se aventurar no que não se conhece para torná-lo mais familiar do que simplesmente empurrar para um canto e esquecer. O que ficou para mim foi que o Brasil ainda precisa conhecer melhor essa figura chamada “negro” ou “afrodescendente”, a experiência do curso mudou muitos pontos de vista dentro e fora da sala de aula (P.A, 2016).

Mais uma vez percebe-se o interesse, a busca por uma compreensão ampliada da questão racial e sua implicação no cotidiano da sala de aula. Esse processo de *afrobetização* representa a busca pelo conhecer, representa o compromisso de profissionais em constante busca, em movimento, enveredando à procura da prática pedagógica que melhor dialoguem com a complexidade dessa realidade, isso não significa encontrar a perfeição, esses professores e professoras certamente hão de se deparar com situações que lhes desafiará, porém, certamente o que para muitos é uma situação escatológica, para estes será uma possibilidade de promover mudança e reflexão.

A fala da professora A.D ratifica o exposto acima, quando diz: “A Especialização Uniafro me ajudou a tratar da questão dos afrodescendentes com maior autoridade no assunto. Hoje me sinto muito mais segura em falar da luta dos



afrobrasileiros e das conquistas que esse grupo está tendo na luta por direitos e respeito em vários setores da sociedade”. E continua a professora:

Como respondi à sua primeira pergunta, eu já havia participado de uma formação com questões voltadas pra situação dos afrodescendentes, mas só após a Especialização foi que passei a dar maior enfoque ao assunto dentro das minhas aulas (A.D, 2016).

Observa-se que há uma mudança na prática pedagógica da professora, uma transformação que afronta o paradigma fatalista, que segundo Freire (1996, p.19-20) é “imobilizante, que anima o discurso neoliberal que anda solto no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar ‘quase natural’”.

As falas apresentadas são evidências de profissionais em movimento, de respeito e busca para saber mais, para ensinar melhor. Buscam se *afrobetizar*, pois não admitem o empoeiramento da esperança e dos saberes. Essas educadoras e educadores estão espalhados pelo Rio Grande do Norte, do litoral ao sertão, agora estão afrobetizados. Certamente os alunos e alunas negros e negras que chegam às suas salas de aulas estão sendo bem recebidos, respeitados e ouvidos. Isso parece óbvio, mas é o óbvio que foi abandonado, por isso mesmo torna-se um ato revolucionário.

Considerações finais

Ao iniciarmos estas considerações, destacamos a relevância que merece a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a Coordenação de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social, o Núcleo de Educação a Distância e a Coordenação da Especialização Uniafro, assim como a todos os professores e professoras, discentes, monitores e equipe técnica que se empenhou na operacionalização do Curso.

A par disto, lembramos que a Especialização Uniafro é um tema caro às populações negras do Rio Grande do Norte, Estado cujos índices educacionais são

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



reflexo de uma história complexa e engenhosamente articulada por uma *Gentry* cujo maior objetivo é o refluxo do presente a um passado saudoso de hegemonia e dominação oligárquica.

Ainda que em doses homeopáticas, estamos, pois, formando nossos formadores e formadoras, *afrobetizando* nossos alfabetizadores e alfabetizadoras, esperançosamente alegres e convictos que este é o caminho para garantir “o direito de um grupo social formular, ele próprio seus *quadros de referências* e seus modelos de comportamento”⁷ sem ter que passar sempre pelo crivo etnocêntrico, ou pelo “padrão de qualidade e eficácia” que têm sido o *script* de muitas formações academicistas impressas em preto e branco em professores sem cor.

Muitos educadores, mesmo aqueles que já têm alguma inserção na temática da educação para as relações étnico-raciais, ainda não tinham domínio ou segurança com a questão racial na escola, isto é, na sala de aula. Percebemos que a formação Uniafro, em alguma medida, possibilitou desejar uma escola popular, uma escola que convide e aproxime mais do que expulse. Afinal, “sonhamos com uma escola realmente popular, que atenda, por isso mesmo, aos interesses das crianças populares e que, tão rapidamente quanto possível, irá diminuir as razões em seu seio para a ‘expulsão’ das crianças do povo” (FREIRE, 2005, p.37).

O admirável nesses educadores e nessas educadoras é que se compreendem enquanto movimento, enquanto sujeitos não apenas imersos na realidade, mas imbuídos dela e de suas transformações, sabem que sabem um pouco, por isso mesmo buscam saber um pouco mais e, sabendo um pouco mais, percebem que ainda há saber a ser sabido e nesse movimento sempre sabem algo novo, sabendo que sempre haverá algo a saber. Têm consciência que a formação é permanente, pois se assim não o for, é claudicante. Sabem que “Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira, às

⁷ *Lettres à Grégoire sur les patois de France* (1790-1794), publicado por A. Gazier, Paris, 1880.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador, a gente se forma, como educador, permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 2005, p.58).

Por fim, sabemos que a Especialização Uniafro cumpriu um papel importante no combate às diversas formas de discriminação que ainda engessam o florescimento pleno da nossa sociedade, por isso também pactuamos abertamente do pensamento de Freire quando avisa aos “desavisados”

que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma enquanto transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados (1996, p.60).

Portanto concluímos esta tarefa intelectual cientes de que este é apenas o início de uma caminhada que é também um compromisso, compromisso ético e político de todo educador e educadora que almeje uma sociedade mais respeitosa. Assim, deixamos o exemplo dos professores e professoras que mesmo com certa experiência na docência, buscaram vertiginosamente se *afrobetizarem* para contribuir com a construção desse mundo melhor de que tanto se fala, e certamente se materializa com o exemplo desses professores e professoras na Especialização Uniafro: política de promoção da igualdade racial na escola.

Referências

ALMONACID, C & ARROYO, M. Educación, trabajo y exclusión social: tendencias y conclusiones provisionarias. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2011.

ARROYO, A. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1975.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE N° 14**, de 28 de abril de 2008. Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO).

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A educação na cidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HELLER, A. **Sociologia della vita quotidiana**. Roma: Riuniti, 1975.

INCRA, Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. 2015. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf. Acesso em: 08 jul. 2016.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez, 2010.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



São Paulo: Companhia das letras, 1998.

UFERSA. **Decisão do Conselho Universitário nº 088/2014**, de 23 de maio de 2014. Cria o Curso Especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola.

_____. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola**, 2013.

Sobre o Autor

Luiz Gomes da Silva Filho

Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Endereço eletrônico: luiz.gomes@ufersa.edu.br

Recebido em: 18/12/2016

Aceito para publicação em: 05/01/2017